

Saneamento

# Recursos hídricos sob ameaça

*Jogo de empurra compromete principal fonte de abastecimento da capital, já com mananciais poluídos.*

Quase 94% da população do Distrito Federal tem acesso a água tratada, mas sua principal fonte de abastecimento, o rio Descoberto, está ameaçada pela poluição. O rio Descoberto fornece dois terços dos 515 milhões de litros de água que a população do DF consome diariamente. Por dentro dele passa a linha que divide, a oeste, o distrito com o Estado de Goiás. Por ser um rio federal e considerado Área de Proteção Ambiental (APA), é responsabilidade do Ibama.

O grande problema é a ocupação indiscriminada de Águas Lindas de Goiás, uma cidade à beira do Descoberto, que seis anos atrás tinha 5 mil habitantes e hoje tem 60 mil. Águas Lindas não tem plano diretor nem lei de uso de solo e os loteamentos clandestinos avançam a cada dia. A alocação desorganizada de pessoas dá origem a lixo e esgoto, que, levados pelas chuvas, poluem os mananciais. Mas, por ser um rio federal (que divide dois estados), o Governo do Distrito Federal (GDF) não pode interferir, a não ser em consonância com o governo de Goiás e o Ibama.

O problema entrou para um jogo de empurra: o GDF cobra de Goiás a responsabilidade pelo controle populacional e a implantação de uma lei do uso do solo. Goiás argumenta que se Águas Lindas está crescendo desordenadamente é em razão da dinâmica econômica do DF. Portanto, controlar a poluição do rio Descoberto provocada por Águas Lindas é um problema do DF.

Apesar de o DF ter uma lei própria de recursos hídricos, ela não vale para o rio Descoberto e tampouco para o rio Preto, que fica na divisa leste, com Minas Gerais. O que vale ali é a lei federal de recursos hídricos, sancionada no início do ano mas ainda não regula-



**Lixo e esgoto, que são levados pela chuva, poluem os mananciais.**

mentada. Na área de tratamento de esgotos, outro desafio: o GDF não conseguiu ainda convencer a União a dar aval para um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de US\$ 22 milhões, para a construção da estação que vai atender Taguatinga e Ceilândia. Nessas duas cidades-satélites, que concentram um terço da população do DF ou cerca de 600 mil habitantes, o esgoto é todo coletado mas não tratado.

“O governo federal não dá aval com argumento de que não temos condições de pagar”, diz o presidente da Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb), Marcos Helano F. Montenegro. O distrito tem nove estações de tratamento e está ganhando mais uma, do Ministério da Aeronáutica, para tratar o esgoto de uma vila militar próxima a Santa Maria. Oito estão em construção, em licitação ou fase de contratação.

**Janes Rocha  
de Brasília**